

Procuradores não levaram executivo a sério até ele incriminar Lula

O ex-presidente da OAS, Leo Pinheiro, foi tratado com descrédito pelos procuradores da "lava jato" enquanto negociava um acordo de delação premiada. Diante da desconfiança dos procuradores, o executivo mudou sua versão sobre o triplex do Guarujá até relacionar o apartamento com a corrupção na Petrobras, incriminando o ex-presidente Lula. O depoimento de Leo Pinheiro foi fundamental para a condenação de Lula.

As informações foram divulgadas neste domingo (30/6) pelo jornal *Folha de São Paulo*, em parceria com o site *The Intercept Brasil*. Léo Pinheiro começou a negociar um acordo de delação premiada em fevereiro de 2016. Na ocasião, ele disse que o triplex do Guarujá seria um presente a Lula, sem nenhuma contrapartida. Segundo a *Folha*, a insatisfação dos procuradores teria levado o executivo a mudar duas vezes sua versão sobre o apartamento.

André Telles



André Telles: Deltan Dallagnol não queria que a delação premiada de Léo Pinheiro "parecesse um prêmio pela condenação de Lula"

Em abril de 2017, em depoimento ao então juiz Sergio Moro, Leo Pinheiro disse que a reforma do triplex foi paga com dinheiro desviado da Petrobras e revelou a existência de uma espécie de "conta informal" com recursos ilícitos destinados ao PT. Por ter colaborado no processo, o executivo teve sua pena reduzida a pedido do MPF.

As negociações do acordo foram retomadas em maio de 2017, mas ainda sob desconfiança dos procuradores. Jerusa Vicieli disse, em agosto, que "Léo parece que está escondendo os fatos". Outra preocupação da força-tarefa, demonstrada pelo procurador Deltan Dallagnol, é de que o acordo não parecesse "um prêmio pela condenação de Lula".

Informações frágeis e foco no PSDB

Desde o início das negociações com Leo Pinheiro, os procuradores apontavam a fragilidade das informações apresentadas pelo executivo. "Sobre o Lula, eles não queriam trazer nem o apt. Guarujá. Diziam q não tinha crime", disse o promotor Sérgio Bruno Cabral Fernandes em agosto de 2016. O procurador Januário Paludo considerou que não valia a pena negociar com o empresário: "Tem que



prender Léo Pinheiro. Eles falam pouco".

Segundo o procurador Roberson Pozzobon, a defesa de Leo Pinheiro foi informada, em julho de 2016, que "precisaria melhorar consideravelmente os anexos". Mas Deltan Dallagnol, defendeu a negociação e disse para a força-tarefa não descartar o acordo "até fecharmos algo bom do PSDB". Havia possibilidade de Léo Pinheiro implicar tucanos de São Paulo e Minas Gerais.

Vazamentos irritam procuradores

Durante as negociações, houve dois vazamentos na imprensa sobre possíveis informações prestadas por Leo Pinheiro, o que irritou os procuradores da "lava jato". O primeiro vazamento, em agosto de 2016, colocava o ministro do STF, Dias Toffoli, entre os citados pelo ex-presidente da OAS. Para evitar atritos com o Supremo, a PGR decidiu encerrar as conversas com a defesa de Leo Pinheiro.

Dias depois, sete anexos apresentados pelo executivo ao MPF foram divulgados na imprensa. Um deles falava sobre a "conta informal" de propinas ao PT. Os procuradores, no entanto, disseram que esse fato não teria sido revelado por Leo Pinheiro durante as negociações. "Nunca falaram de conta", disse o promotor Sérgio Bruno.

MPF questiona veracidade dos diálogos

Em nota, o MPF disse que as negociações com a OAS foram conduzidas por muitos procuradores que atuavam na PGR e na força-tarefa da "lava jato", "que sempre pautam suas ações pessoais e profissionais pela ética e pela legalidade".

Defesa de Lula pede anulação do processo

A defesa de Lula afirmou que a reportagem da Folha "reforça a forma ilegítima e ilegal como foi construída a condenação do ex-presidente". Em nota, a defesa disse que Leo Pinheiro foi "pressionado" e, por isso, mudou sua versão dos fatos até incriminar Lula. "Jamais houve intenção de apurar a verdade dos fatos, mas apenas impor a Lula uma condenação", diz a nota.

Date Created

30/06/2019